



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a **Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de transporte escolar para a Zona Rural e Urbana do município de Pau dos Ferros/RN, pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.**

### 2. TABELA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

Item	Especificação	UNID	QUANT
01	<b>ROTA Nº 01 ALAGOINHA MANHÃ:</b> Locação de veículo, tipo Van ou similar, adequado para transporte Escolar, com capacidade veicular no mínimo 16 (dezesseis) lugares, destinado ao transporte de alunos. Percurso: comunidades rurais x escolas urbanas. Turno: Matutino. Iniciando na comunidade Carvão, passando pelas comunidades Sitio Boa Sorte, Sitio Conceição, Sitio Poço Comprido, Sitio Areias, Sitio Maniçoba, Sitio Lagoa Redonda, Sitio Alagoinha, Sitio Raiz e sitio Alencar, deixando os alunos nas escolas Prof. Nila Rego, escola prof. Francisco Aires Segundo, escola prof. Severino de Bezerra, Escola São Benedito e Escola Francisco Torquato. Quilometragem total do percurso (ida e volta): 60 Km. Sendo Via Rural não pavimentada: 50 km e Via pavimentada: 10 km. Previsão de atendimento conforme Calendário Escolar Letivo do ano corrente, sendo este composto por aproximadamente 21 dias letivos mês.	Mês/ KM	12



Item	Especificação	UNID	QUANT
02	<p><b>ROTA Nº 02 ALAGOINHA TARDE:</b> Locação de veículo, tipo Van ou similar, adequado para transporte Escolar, com capacidade veicular no mínimo 16 (dezesesseis) lugares, destinado ao transporte de alunos. Percurso: comunidades rurais x escolas urbanas. Turno: Vespertino. Iniciando na comunidade Carvão, passando pelas comunidades Sítio Boa Sorte, Sítio Conceição, Sítio Poço Comprido, Sítio Areias, Sítio Maniçoba, Sítio Lagoa Redonda, Sítio Alagoinha, Sítio Raiz e sítio Alencar, deixando os alunos nas escolas Prof. Nila Rego, Escola Prof. Francisco Aires Segundo, Escola Prof. Elpídio Virgínio Chaves. Quilometragem total do percurso (ida e volta): 60 Km. Sendo Via Rural não pavimentada: 50 km e Via pavimentada: 10 km. Previsão de atendimento conforme Calendário Escolar Letivo do ano corrente, sendo este composto por aproximadamente 21 dias letivos mês.</p>	Mês/ KM	12
03	<p><b>ROTA Nº 03 LOGRADOURO MANHÃ:</b> Locação de veículo, tipo Van ou similar, adequado para transporte Escolar, com capacidade veicular no mínimo 16 (dezesesseis) lugares, destinado ao transporte de alunos. Percurso: comunidades rurais x escolas urbanas. Turno: Matutino. Iniciando na comunidade três Lagoas, passando pelas comunidades Sítio Logradouro, Sítio Tocos, Sítio Pedra Preta, Sítio Malhada da areia (lixão) e sítio boa vista, deixando os alunos nas escolas CMEI Djalma de Freitas, escola prof. Francisco Torquato do Régio, Prof. Nila Rego, escola prof. Francisco Aires Segundo, escola prof. Severino Bezerra, Escola São Benedito e escola prof. Elpídio Virgínio Chaves. Quilometragem total do percurso (ida e volta): 40 Km. Sendo Via Rural não pavimentada: 25 km e Via pavimentada: 15 km. Previsão de atendimento conforme Calendário Escolar Letivo do ano corrente, sendo este composto por aproximadamente 21 dias letivos mês.</p>	Mês/ KM	12



Item	Especificação	UNID	QUANT
04	<p><b>ROTA Nº 04 PERÍMETRO IRRIGADO (DESMEMBRADA) MANHÃ:</b> Locação de veículo, tipo Van ou similar, adequado para transporte Escolar, com capacidade veicular no mínimo 21 (vinte e um) lugares, destinado ao transporte de alunos. Percurso: comunidades rurais x escolas rurais. Turno: Matutino. Iniciando na comunidade Perímetro Irrigado, passando pelas comunidades Extrema, Exu de cima, Exu de baixo, Capa de baixo, Jatobá, calimeira, defesa, Várzea Nova, Retiro, Fazenda Vitória, Capa de Cima, deixando os alunos nas escolas Prof. José Torquato de Figueiredo e CMEI Maria das Graças. Quilometragem total do percurso (ida e volta): 90 Km. Sendo Via Rural não pavimentada: 90 km e Via pavimentada: 0 km. Previsão de atendimento conforme Calendário Escolar Letivo do ano corrente, sendo este composto por aproximadamente 21 dias letivos mês.</p>	Mês/ KM	12
05	<p><b>ROTA Nº 05 PERÍMETRO IRRIGADO TARDE:</b> Locação de veículo, tipo Van ou similar, adequado para transporte Escolar, com capacidade veicular no mínimo 21 (vinte e um) lugares, destinado ao transporte de alunos. Percurso: comunidades rurais x escolas rurais. Turno: Vespertino. Iniciando na comunidade Perímetro Irrigado, passando pelas comunidades Extrema, Exu de cima, Exu de baixo, Capa de baixo, sitio Jatobá, Calimeira, Desefa, Sitio Várzea Nova, Retiro, Fazenda Vitória, Capa de Cima, deixando os alunos nas escolas Prof. José Torquato de Figueiredo e CMEI Maria das Graças. Quilometragem total do percurso (ida e volta): 64 Km. Sendo Via Rural não pavimentada: 64 km e Via pavimentada: 0 km. Previsão de atendimento conforme Calendário Escolar Letivo do ano corrente, sendo este composto por aproximadamente 21 dias letivos mês.</p>	Mês/ KM	12



Item	Especificação	UNID	QUANT
06	<b>ROTA Nº 06 PERÍMETRO IRRIGADO MANHÃ:</b> Locação de veículo, tipo Van ou similar, adequado para transporte Escolar, com capacidade veicular no mínimo 16 (dezesesseis) lugares, destinado ao transporte de Professores(as). Percurso: zona urbana de Pau dos Ferros/RN, deixando os professores(as) nas Escolas Prof. José Torquato de Figueiredo e CMEI Maria das Graças. Quilometragem total do percurso (ida e volta): 18 Km. Sendo Via Rural não pavimentada: 0 km e Via pavimentada: 18 km. Previsão de atendimento conforme Calendário Escolar Letivo do ano corrente, sendo este composto por aproximadamente 21 dias letivos mês.	Mês/ KM	12
07	<b>ROTA Nº 07 PERÍMETRO IRRIGADO TARDE:</b> Locação de veículo, tipo Van ou similar, adequado para transporte Escolar, com capacidade veicular no mínimo 16 (dezesesseis) lugares, destinado ao transporte de Professores(as). Percurso: zona urbana de Pau dos Ferros/RN, deixando os professores(as) nas Escolas Prof. José Torquato de Figueiredo e CMEI Maria das Graças. Quilometragem total do percurso (ida e volta): 18 Km. Sendo Via Rural não pavimentada: 0 km e Via pavimentada: 18 km. Previsão de atendimento conforme Calendário Escolar Letivo do ano corrente, sendo este composto por aproximadamente 21 dias letivos mês.	Mês/ KM	12

### 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Constituição Federal de 1988 dispôs sobre a **educação** elevando-a a categoria de princípio e de pilar para o desenvolvimento da sociedade brasileira, indicando, como objetivo precípuo, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

3.2. À vista disso, o art. 206 assegura a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Neste mesmo diapasão, o art. 208 complementa esse direito impondo ao Poder Público a efetivação do direito à educação. Junto a isso, o estudante é contemplado com o direito a educação gratuita, em todo o ensino básico, inclusos de material didático-escolar, **transporte**, alimentação e assistência à saúde.

3.3. Nesta mesma linha de intelecção, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante, por meio do art. 54 da lei n. 8.069/90, o **transporte escolar** como programa suplementar e indispensável para que o estudante possa usufruir seu direito à educação. Esse mesmo direito é assegurado na lei n. 9.394/96 e art. IV da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.



**3.4.** Assim sendo, compete ao Município oferecer o ensino fundamental e a educação infantil, cabendo-lhe, ainda, assegurar o transporte escolar aos alunos matriculados na sua rede de ensino, conforme dispõe o art. 11, inciso VI da Lei n. 9.394/96:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

[...]

VI. assumir o transporte escolar dos alunos na rede municipal

**3.5.** Dito isto, o município de Pau dos Ferros/RN através da Secretaria de Educação, com a finalidade de viabilizar e garantir a presença dos alunos na escola, principalmente nos locais cujas distâncias e acessos as unidades educacionais interferem no cotidiano escolar dos alunos, necessita contatar serviços de Transporte Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino.

**3.6.** Ressalta-se, que o transporte consiste muitas vezes no único meio de atender às necessidades de deslocamento dos alunos residentes para iniciar, continuar e terminar seus estudos. Da mesma forma que, é essencial para o desenvolvimento da educação, facilitando o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, principalmente aqueles que vivem na Zona Rural do Município de Pau de Ferros/RN.

**3.7.** Por fim, vale destacar que, o presente processo de despesa se faz de extrema importância por se tratar de um serviço que não pode deixar de ser ofertado aos alunos da rede municipal de ensino, buscando evitar ônus a este Ente Administrativo.

#### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

**4.2.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **5. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**5.1.** O prazo para o início do serviço será a partir do recebimento da Ordem de Serviço;

**5.2.** Os serviços serão executados de acordo com a necessidade desta Municipalidade;

**5.3.** A relação de itinerários, turnos, alunos, professores e servidores administrativos que serão transportados, bem como respectivas localidades está contida em Anexo a este instrumento;

**5.4. O condutor do veículo deverá:**

**5.4.1.** Idade superior a 21 anos;



- 5.4.2. Habilitação para dirigir veículos na categoria D;
- 5.4.3. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;
- 5.4.4. Ter se formado em curso de Formação de condutor de Transporte Escolar; e
- 5.4.5. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os dozes últimos meses

**5.5. Os veículos deverão possuir:**

5.5.1. Estar de acordo com a lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro, especialmente no que tange os condicionantes do transporte escolar;

5.5.2. As vistorias normais no DETRAN realizadas regularmente, para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar;

5.5.3. Possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha, na extremidade superior da parte traseira;

5.5.4. Apresentar grade separando os alunos da parte do motor;

5.5.5. Preferencialmente veículos que tenham no máximo 15 anos de uso;

5.5.6. Cinto de segurança independentes e em boas condições e para todos os passageiros;

5.5.7. Seguro contra acidentes;

5.5.8. Registrador de velocidade (TACÓGRAFO), aparelho instalado no painel do veículo que registra a velocidade e paradas do veículo;

5.5.9. Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseiras, contendo a palavra ESCOLAR na cor preta;

5.5.10. Apresentar autorização especial para o transporte escolar expedida pelo DETRAN ou CIRETRAN, em função de vistoria periódica a cada semestre (06 meses) oferecendo perfeitas condições de uso e conservação;

5.5.11. Ser autorizado pelo DETRAN e ter documento afixado na parte interna do veículo, em local visível, contendo o número máximo de passageiros permitido pelo fabricante;

5.5.12. Respeitar o limite máximo de passageiros permitido pelo fabricante do veículo;

5.5.13. Garantir 1 cuidador (maior de 18 anos) para rotas que contenham crianças de 5 anos ou menos;

5.5.14. Ter comprovação de 1 carro de reserva, devidamente adequado ao transporte escolar, para situações de urgência;

5.5.15. Previamente a contratação, os documentos de vistoria dos transportes já devem ser apresentados como condicionantes ao certame;

5.5.16. O veículo deverá estar segurado, na ocasião da contratação, com cobertura total a qualquer sinistro, incluindo APP (Acidentes Pessoais por Passageiros) e RC (Responsabilidade Civil), a ser renovado e reajustado anualmente;

5.5.17. A contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho a prestação dos serviços, os veículos devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços;

5.5.18. A empresa deverá possuir o Certificado de Registro Cadastral emitido pela



DER/RN, na categoria transporte escolar;

**5.5.19.** A empresa deverá possuir ou alugar garagem no município de Pau dos Ferros/RN;

**5.5.20.** Os veículos deverão estar em conformidade com as normas expedidas pelo Laudo de Inspeção Técnica (LIT) e Certificado INMETRO Tacógrafo.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**6.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**6.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**6.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**6.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**7.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**7.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Secretaria de Educação – SEDUC e ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**7.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**7.5.** Os condutores dos veículos, nos termos do art. 239 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro) deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização;

**7.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais



previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**7.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**7.8.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

**7.9.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**7.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**7.11.** Os veículos deverão ser conduzidos por motoristas profissionais devidamente habilitados e qualificados, para exercer tal função nos termos da Resolução nº 168, de 14/12/2004 - CONTRAN, portando obrigatoriamente: Crachá de identificação, vistoria dos veículos e curso do motorista;

**7.12.** Nos termos do art. 136 do CTB, os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

**7.12.1.** Registro como veículo de passageiros;

**7.12.2.** Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

**7.12.3.** Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

**7.13.** Os veículos deverão estar equipados no mínimo com rastreamento embarcado no veículo para controle do posicionamento do veículo enviado via satélite para ambiente web gratuito (base tipo Google), com controle de rota e velocidade, atualização de localização em tempo máximo de 30 (trinta) segundos e margem de erro de 30 (trinta) metros, com concessão de acesso ao sistema nos períodos solicitados pela contratante;

**7.14.** Todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: Combustíveis, manutenção, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sócios e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, serão inteiramente de responsabilidade da empresa Contratada;

**7.15.** Realizar manutenção preventiva e corretiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança;

**7.16.** Arcar com as despesas com alimentação, transporte, fardamento, de hospedagem dos seus empregados, como também arcar com as despesas com os veículos, motoristas, combustíveis e quaisquer outras decorrentes da execução dos serviços;

**7.17.** Orientar os transportados, coibindo comportamentos inoportunos durante a viagem, mantendo-os sentados, em segurança, evitando atitudes que possam afetar diretamente a atenção do condutor dos veículos colocando tantos os escolares, assim como



terceiros, em estado de riscos;

**7.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste processo de despesa;

**7.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste processo de despesa, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei nº 14.133/2021.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto deste processo de despesa.

## **9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**9.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução deste processo de despesa consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei 14.133/2021;

**9.2.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**9.3.** A fiscalização técnica deste processo de despesa avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará;

**9.4.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

**9.5.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

**9.6.** O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021;

**9.7.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

**9.8.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021;

**9.9.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual,



conforme disposto na Lei nº 14.133/2021;

**9.10.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações penais.

## **11. DO PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN em até 30 dias úteis contados da apresentação da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, acompanhado de regularidade fiscais, assim definidos nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução nº 032/2016 TCR/RN;

**11.2.** O pagamento será creditado em conta bancária, por meio de transferência eletrônica de valores em favor da empresa CONTRATADA, conforme indicado na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

**11.3.** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a PMPF;

**11.4.** No período do recesso escolar, será realizado o pagamento no valor proporcional aos dias trabalhados.

## **12. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS**

**12.1.** O valor estipulado será mensurado na pesquisa de preço.

## **13. DA VIGÊNCIA**

**13.1.** O contrato é válido por 12 meses, podendo ser prorrogado por 60 meses.

## **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** Informamos que os recursos destinados às despesas decorrentes da compra dos produtos pretendidos pelo Poder Público Municipal se encontram alocados no Orçamento



Geral do Município, exercício 2022, unidade orçamentaria 06.001 – **Secretaria Municipal de Educação**, Ação 2075 – Programa de Transporte Escolar - Ensino Fundamental, Fonte 15001001– Recurso não vinculados de impostos - despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, elemento de despesas – 339039 – Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte 15530000 – Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), elemento de despesa 339039 – outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica; Ação 2099 – Manutenção e funcionamento do serviço de transporte escolar universitário intra-urbano, Fonte 15001001 – Recursos não vinculados de impostos - despesas com manutenção e com desenvolvimento do ensino, elemento de despesa 339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica; Ação 2082 – Manutenção e funcionamento do serviço de transporte escolar Educação Infantil (Creche), fonte 15001001 – Recurso não vinculados de Impostos - despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, Elemento de despesa 339039 – outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte 15530000 – Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), elemento de despesa 339039 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica; Ação 2089 – Manutenção e funcionamento do serviço de Transporte Escolar Educação Infantil (Pré-Escola), Fonte 15001001 – Recursos não vinculados de Impostos, Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, Elemento de despesa 339039 – Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte 15530000 – Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), elemento de despesa 339039 – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica; Ação 2094 – Programa de transporte Escolar - Educação de Jovens e Adultos, Fonte 15001001 – Recursos não vinculados de Impostos - despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, elemento de despesa 339039 – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte 15530000 – Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), elemento de despesa 339039 – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica e correrão à conta de receitas provenientes do Tesouro Municipal.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A Empresa deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da prestação de serviço, sem qualquer ônus à PMPF.

## 16. DO FORO COMPETENTE

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros/RN, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste processo de despesa e do contrato dele decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Pau dos Ferros/RN, 09 de Dezembro de 2022.

**ERICO DANTAS DE SOUZA**

Gerente de Compras